



CDU protesta na Assembleia Municipal de Caminha

Pela primeira vez desde 2013, a CDU foi impedida de discutir as Grandes Opções do Plano e Orçamento (GOPO) na íntegra. A CDU, pela voz do seu eleito, Joaquim Celestino Ribeiro, apresentou o devido protesto à condução dos trabalhos por entender que a norma regimental que estipula 5 minutos de intervenção é indicativa e não vinculativa. A redação do regimento diz que não "deverão" ser excedidos 5 minutos de intervenção, sendo claro para a CDU que, se a vontade do regimento fosse impedir intervenções acima desse tempo, a redação seria "não poderão" exceder 5 minutos. Esse não foi o entendimento do presidente da mesa da Assembleia Municipal de Caminha, impedindo a CDU de colocar questões fundamentais.

Esta é uma novidade trazida pelo PS neste mandato, que contaria a postura assumida no passado onde nunca o eleito municipal da CDU foi impedido de concluir as suas intervenções. Esta situação é especialmente grave, no entendimento da CDU, por se tratar de uma Assembleia Extraordinária, especificamente convocada para discussão das GOPO, num contexto de enormes dificuldades. Desde de logo porque a Câmara Municipal não reuniu com a CDU, previamente à aprovação das GOPO na Câmara, como é exigido pelo Estatuto do Direito de Oposição. E não o foi por impedimento do presidente da Câmara, por razões que compreendemos e que até mereceram a nossa solidariedade, mas que poderiam ter sido contornadas com uma simples delegação de competências. Por isso é falso, como foi noticiado na comunicação social (Caminh@2000, nº 1051), que a CDU não reuniu com o presidente da Câmara por impedimento do seu eleito. O que aconteceu foi o contrário, o impedimento foi do presidente da Câmara. Mas mesmo sabendo isso, o presidente da Assembleia Municipal não foi sensível a esta questão e não permitiu que a CDU debatesse com a seriedade que as GOPO merecem. Esta postura deixa reservas fundadas para o futuro face ao debate de outras matérias complexas e determinantes na vida democrática do concelho, como acontecerá já em abril, com a discussão da Prestação de Contas.

Com esta decisão ficaram a CDU e os munícipes de Caminha impossibilitados de ver esclarecidas as suas dúvidas, nas que podemos destacar:

- a razão pela qual as GOPO não continham o Plano de Atividades Municipal, ajudando à identificação de rúbricas e ao controlo na execução do orçamento;
- a existência de uma rúbrica com 0,5 M€ (milhão de euros) onde apenas se conseguem identificar 3 ações (Plano para a Igualdade com 35.000€, Alto Minho + Inclusivo com 53.289,75€ e uma na área da Habitação e Ordenamento do Território com 16.435,71€), que ficam muito aquém do valor total indicado;
- a forma como se chegou aos valores apresentados nos casos da transferência de competências, outras receitas correntes diversas, ou ainda nos projetos cofinanciados em que o valor é de 908.875,02€;
- qual o critério para diferenciar o montante dos apoios e investimentos municipais em diversas ações de âmbito cultural, como Artbeer Fest (61500 €), Festa do Mar e da Sardinha (23500€), Feira Medieval (100000 €), 31 de julho... a seguir entra Agosto (10000€), Foundation Fest (8000€), Success full voices (52500€), Sonic Blast (14500€) ou Vila Praia em Flor (8000€).

Em abono da verdade, não fora a disponibilidade do Presidente da Câmara em aceitar ainda algumas questões, por escrito e sem registo em ata, do eleito da CDU, e esta força partidária teria mesmo sido arredado, completamente, de toda e qualquer participação neste documento.

A CDU pode até entender a dificuldade em gerir estilos de intervenção desafiantes, com pouco escrutínio de conteúdo e forma, com fácil deslize de linguagem. Mas isso não justifica contrariar o primado da participação e intervenção democrática no órgão deliberativo do município de Caminha.

O concelho saiu a perder, mas a CDU continuará a lutar!

Joaquim Celestino Ribeiro
Eleito Municipal da CDU
na Assembleia Municipal de Caminha